

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.448.927 - MS (2014/0085894-8)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORES : OSLEI BEGA JÚNIOR - MS011965B
RAFAEL ANTÔNIO MAUÁ TIMÓTEO E OUTRO(S) - MS011997B
AGRAVADO : RONILSON SOARES DE LIMA
ADVOGADO : IZABEL SUELY FERREIRA DE ABREU - MS005777
INTERES. : COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO

EMENTA

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. MILITAR. DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO QUE DETERMINOU A REFORMA DO POLICIAL MILITAR COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE SERVIÇO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO REBATIDOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. AGRAVO INTERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Quanto à questão da competência para a aplicação da sanção ao Militar, verifica-se que o Tribunal de origem decidiu a lide com amparo em fundamento constitucional (art. 125, § 4o. da CF/1988), sendo inviável a análise da questão, sob pena de usurpação da competência do STF.

2. Acerca da alegada independência das esferas penal e administrativa, consta do acórdão recorrido que tal orientação não foi aplicada uma vez que existe decisão judicial transitada em julgado, que decidiu pela não exclusão do Militar das fileiras da Polícia Militar. Da leitura do acórdão recorrido, bem como das razões do Recurso Especial, denota-se que a parte recorrente não infirmou especificamente os fundamentos do acórdão hostilizado. Desse modo, não comporta trânsito o Apelo, aplicando-se, à espécie, por analogia, o óbice contido na Súmula 283/STF.

3. Agravo Interno do ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao Agravo Interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa (Presidente) e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília/DF, 12 de fevereiro de 2019 (Data do Julgamento).

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

